



Nota de Proteção de Dados Pessoais de Criança ou Adolescente de para fins legais e de cadastro de dependentes, concessão de convênio médico/odontológico, participação de eventos e outros benefícios vinculados ao contrato de trabalho com a Bercosul Ltda.

0. Quais informações este documento contém para você?

Para que a Bercosul Ltda. possa legalmente realizar a atividade de cadastro como dependente, inclusão, alteração, exclusão nos convênios médico, odontológico e outros benefícios, participação em eventos da empresa, bem como para as finalidades de envio de informações para os órgãos governamentais através de relatórios legais, como eSocial, DIRF, e outros que venham a ser criados pelo governo, os dados pessoais do menor dependente (criança ou adolescente) sob sua responsabilidade, identificado na Declaração de Consentimento para o Tratamento de Dados Pessoais de Criança ou Adolescente, são necessários para que sejam cumpridos os prazos legais de envio dessas informações e/ou para concessão dos benefícios vinculados ao contrato de trabalho com a Bercosul.

É relevante informar que o tratamento dos dados pessoais do dependente identificado na Declaração de Consentimento para o Tratamento de Dados Pessoais de Criança ou Adolescente ocorre pelo tempo necessário, enquanto houver finalidade e para o cumprimento de obrigações e processos que possam estar relacionados aos dados pessoais. A atividade de tratamento se dará de maneira segura e controlada, nos termos informados nos itens deste documento.

Por fim, para que isso ocorra nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – Lei n. 13.709/2018 (LGPD), bem como todas as outras leis aplicáveis, é necessário que um dos pais ou o responsável legal pela criança ou adolescente manifeste seu consentimento de maneira voluntária através do preenchimento e assinatura da “Declaração de Consentimento para o Tratamento de Dados Pessoais de Criança ou Adolescente”.

1. Quem é responsável pelo tratamento de dados e como entrar em contato com o Encarregado de Proteção de Dados?

O **controlador** para o tratamento de dados é a Bercosul Ltda., estabelecida na Av. Doutor Angelo Teixeira da Costa, 2164 – Frimisa, na cidade de Santa Luzia/MG, CEP 33045-170.

Você pode entrar em contato com o **Encarregado de Proteção de Dados** da Bercosul Ltda. em protecaodedados.bercosul@thyssenkrupp.com, telefone 11 4039-9821.

2. Quais dados pessoais tratamos para a atividade descrita neste documento e onde são coletados?

Para a execução da finalidade descrita neste documento, tratamos os dados pessoais que existentes nas respectivas certidões de nascimento, cédulas de identidade, CPF e carteira de vacinação.

As categorias de dados incluem, em particular:

- Nomes completos dos menores dependentes;
- Números de CPF dos menores dependentes
- Números de Cédulas de Identidades dos menores dependentes
- Dados de vacinação dos menores dependentes

3. Quem recebe os dados pessoais da criança ou adolescente?

Os dados pessoais são tratados por **colaboradores da thyssenkrupp/Bercosul**, que são responsáveis pelo cadastro dos colaboradores e seus dependentes nos sistemas da empresa.

Também poderemos contratar **prestadores de serviços especializados**, de acordo com a lei de proteção de dados aplicável, que são obrigados contratualmente a manter o mesmo nível de proteção de seus dados pessoais, que nos auxiliam nas atividades descritas neste documento.

Transmitimos os dados pessoais levando em consideração a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – Lei n 13.709/2018 (LGPD), bem como todas as outras leis aplicáveis.

4. Sob qual base legal são tratados os dados pessoais da criança ou adolescente?

Em relação às atividades de tratamento listadas neste documento, coletamos e tratamos os dados pessoais descritos no item 2 do titular identificado na “Declaração de Consentimento para o Tratamento de Dados Pessoais de Criança ou Adolescente” com base no consentimento de um dos pais ou responsável legal pela criança ou adolescente, com base no §1º do artigo 14 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – Lei n 13.709/2018 (LGPD), para que seja possível cumprir com obrigações legais e com prerrogativas decorrentes do contrato de trabalho existente entre a Bercosul e seus colaboradores.

5. Por quanto tempo os dados pessoais da criança ou adolescente ficarão armazenados?

Excluiremos os dados pessoais assim que eles não forem mais necessários para os fins acima. Caso necessário e nos estritos termos da lei, os dados pessoais da criança ou adolescente ficarão armazenados para o cumprimento de obrigações legais e regulatórias. Estas obrigações possuem períodos de retenção que são regulados em normas aplicáveis. Os períodos de armazenamento podem variar conforme a natureza da atividade.

Além disso, os dados pessoais podem ser retidos durante o período em que as reivindicações podem ser feitas contra nós, para o exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral (prazo de prescrição legal de três a trinta anos, conforme cada jurisdição).

6. Você é obrigado a fornecer os dados da criança ou adolescente sob sua responsabilidade?

Seu consentimento para autorizar o tratamento dos dados da criança ou adolescente identificado na “Declaração de Consentimento para o Tratamento de Dados Pessoais de Criança ou Adolescente” é totalmente voluntário e não há obrigação de declará-lo. Considere que, sem os dados pessoais, não poderemos realizar a atividade descrita neste documento.

Você tem a possibilidade de exercer os direitos nos termos do item 8 em nome da criança ou adolescente identificado na “Declaração de Consentimento para o Tratamento de Dados Pessoais de Criança ou Adolescente”.

7. Os dados pessoais da criança ou adolescente serão transmitidos a um outro país?

Na medida do necessário para os fins acima mencionados, no âmbito do tratamento de dados, os dados da criança ou adolescente identificado na “Declaração de Consentimento para o Tratamento de Dados Pessoais de Criança ou Adolescente” são também transferidos para países terceiros. Todas essas transferências de dados ocorrem sob a consideração de requisitos legais de proteção de dados e estão sujeitas às salvaguardas adequadas (cláusulas contratuais padrão), garantindo assim um nível adequado de proteção de dados.

Você pode solicitar mais informações através dos contatos fornecidos no item 1.

8. Quais direitos de proteção de dados pessoais você pode reivindicar em nome do titular?

Na condição de um dos pais ou responsável legal, você tem o direito de solicitar o **acesso e informações** sobre os dados armazenados a respeito do titular criança ou adolescente identificado na “Declaração de Consentimento para o Tratamento de Dados Pessoais de Criança ou Adolescente”, sendo tal possibilidade uma extensão do direito cabível a eles. Além disso, em nome do titular, você pode solicitar a **retificação** ou **eliminação** dos dados, pode ter o direito de **restringir** o tratamento dos dados e pode exercer o direito de **portabilidade** dos dados, o que deve ser feito em um formato estruturado, comum e legível por máquina, desde que isso não afete os direitos e liberdades de outros.

Você tem também o direito de solicitar, em nome do titular identificado na “Declaração de Consentimento para o Tratamento de Dados Pessoais de Criança ou Adolescente”, a confirmação da existência de tratamento dos dados pessoais, bem como o direito de solicitar especificações sobre o compartilhamento dos dados.

Direito de revogar o consentimento em nome do titular criança ou adolescente:

Na condição de um dos pais ou responsável legal, você tem o direito de revogar o consentimento para o tratamento dos dados do titular identificado na “Declaração de Consentimento para o Tratamento de Dados Pessoais de Criança ou Adolescente” a qualquer momento, com efeito para tratamentos futuros. Observe que a revogação de seu consentimento não afeta a legalidade do tratamento anterior à revogação.

Para exercer seus direitos, entre em contato com o **Encarregado de Proteção de Dados** indicado no item 1.

9. Onde você apresentar uma demanda ou reclamação?

Você tem a opção de apresentar uma reclamação ao Encarregado de Proteção de Dados mencionado no item 1 deste documento ou à autoridade nacional de proteção de dados brasileira:

Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD
www.gov.br/anpd